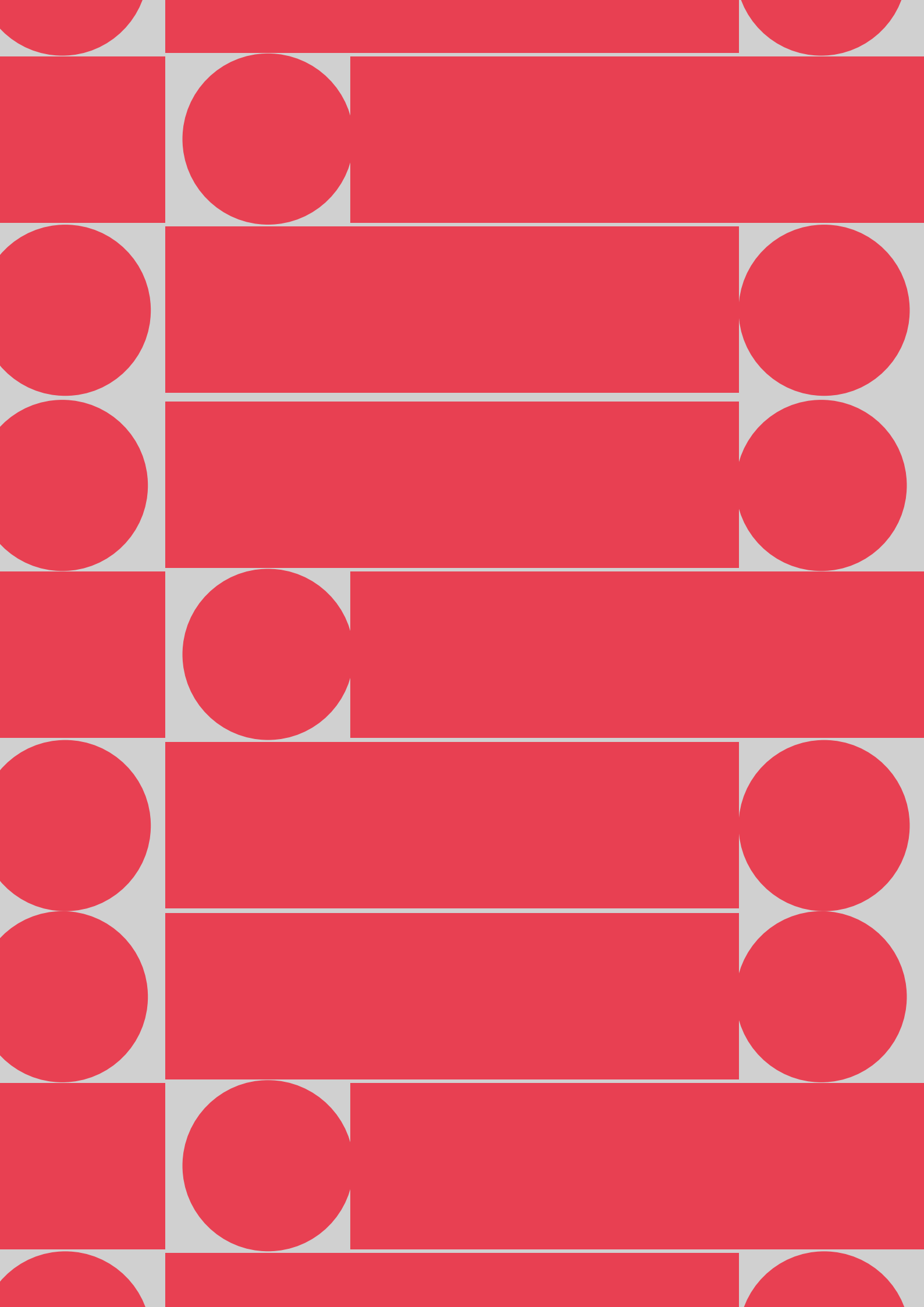


**O QUE NOS
CONTAM AS
LIDERANÇAS
PARTIDÁRIAS**



+REPRESENTATIVIDADE

Principais aprendizados 04

Introdução 06

Conteúdo 10

Considerações finais 35

Referências bibliográficas 37

Conheça a pesquisa completa 40

Nove lideranças partidárias foram entrevistadas. Elas pertencem a cinco partidos: PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), PT (Partido dos Trabalhadores), SOLIDARIEDADE, NOVO e MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

A maioria das lideranças que participaram da pesquisa prioriza dois aspectos na hora de escolher uma candidata ou candidato:: experiência prévia em eleições – principalmente se a pessoa já foi eleita e ocupa uma cadeira – e relação sólida com o partido.

PSOL e NOVO têm um aspecto em comum: valorizam mais as afinidades com as ideias do partido do que as chances eleitorais reais, mas o primeiro não costuma fazer recrutamento de candidatas e candidatos sem filiação, e o segundo tem o modelo de seleção como a base de seu recrutamento de candidatas e candidatos.

Na formação das chapas, a questão da diversidade das candidaturas é bastante valorizada, mas ela não está necessariamente relacionada às categorias de gênero, raça/etnia e orientação sexual, e, sim, entendida de forma abrangente, como variedade entre as diferentes setoriais do partido ou mesmo diversidade de base geográfica.

A candidata ou candidato puxador de votos é um elemento que a maioria dos partidos entende como bastante importante para a viabilidade eleitoral da chapa.



PRINCIPAIS APRENDIZADOS

Uma vez que os recursos são escassos, muitos partidos têm preferido fornecer serviços as candidatas e candidatos, tais como os de comunicação, advocacia e contabilidade.

Dos entrevistados, o PSOL é o único partido com um modelo mais estruturado de distribuição de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), com ênfase na representação de grupos marginalizados na política.

De um modo geral, o processo de distribuição de recursos é discricionário, mas sempre acaba por priorizar candidatas e candidatos considerados como as ou os com maior viabilidade eleitoral.

Partidos já começam a definir suas chapas no começo do ano anterior às eleições, quando muitas iniciativas estão apenas dando início aos seus programas de formação.

Devido à exigência de investimento de 5% do Fundo Partidário em fortalecimento das campanhas de mulheres, a maioria dos partidos tem programas dedicados a esse grupo marginalizado na política.

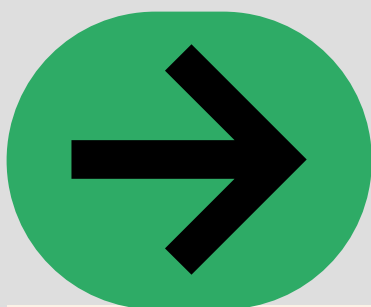
Ao mesmo tempo, parece haver poucos esforços para outros grupos, também sub-representados, tais como pessoas negras e LGBTQIAP+.

Com exceção do PSOL, todas as lideranças afirmaram ter dificuldade em preencher as cotas femininas de 30%.

A maioria das lideranças acredita que a ausência de mulheres eleitas está relacionada a fatores sociais, como o machismo, mas alguns partidos defendem uma mudança nas regras como forma de diminuir essa desigualdade de gênero.

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

1



INTRODUÇÃO

No processo eleitoral, os partidos são atores fundamentais no que diz respeito a quem se candidata, como as chapas são compostas e quais são as chances de eleição. Assim sendo, funcionam como gatekeepers eleitorais, estabelecendo o perfil de candidatas e candidatos, bem como a forma de distribuição dos recursos, o que pode aumentar (ou não) as chances de determinadas candidaturas. É preciso ressaltar que, no Brasil, é exclusivo aos partidos apresentarem as candidaturas e definirem seu futuro, seja pelos apoios que estipulam, seja no que concerne aos montantes de financiamento público.

Buscando aumentar o número de fontes sobre a questão da representação de grupos marginalizados na política e entendendo o papel fundamental dos partidos, a pesquisa +Representatividade 2022 teve como um de seus objetivos obter informações a partir de entrevistas com líderes partidários, as quais pudessem colaborar com novos dados sobre possíveis motivos da sub-representação de alguns grupos na política.

Podemos afirmar que a questão partidária não é mais uma barreira, mas o principal elemento que dificulta e, por vezes, prejudica – quando deveria auxiliar – a representação de grupos marginalizados na política.

Considerando que as lideranças partidárias são agentes-chave nas disputas eleitorais (THOMÉ, 2021), isso já justificaria a relevância deste Relatório, mas há outros fatores. Tendo em vista que os processos são bastante informais, como registra a própria literatura da Ciência Política (GATTO e WYLLIE, 2021), a percepção advinda das entrevistas de como se dá a escolha de candidatas e candidatos e das chapas, bem como da distribuição dos recursos, é bem pouco conhecida e bastante valiosa para candidatas e candidatos de grupos marginalizados na política, que ainda encontram diversas barreiras para o sucesso de suas campanhas eleitorais.

DE ONDE VÊM OS DADOS E COMO FORAM ANALISADOS?

Para selecionar as lideranças partidárias a serem entrevistadas, adotamos os seguintes critérios. Inicialmente, fizemos um recorte que incluiu 6 partidos políticos, a começar pelos 4 de maior financiamento público de campanha em 2022 (portanto, os que mais elegeram Deputadas e Deputados Federais em 2018): UNIÃO BRASIL, PT, PSD (Partido Social Democrático) e MDB. Além deles, somamos dois partidos que costumam ter como candidatas e candidatos pessoas oriundas de iniciativas de apoio a candidaturas: PSOL e NOVO. Para tentar obter informações de diferentes perfis no que diz respeito à abrangência geográfica, selecionamos as lideranças nacionais de cada um dos partidos e lideranças dos seguintes estados: Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Pernambuco, São Paulo e Pará.

A partir dos nomes encontrados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), todas as lideranças foram contatadas por email e telefone. No caso de algumas lideranças que são também deputadas/os federais, tais como Gleise Hoffmann (PT-Nacional) ou Baleia Rossi (MDB-Nacional), foram feitos convites presenciais, em seus gabinetes no Congresso, em Brasília.

Dessa amostra inicial de 42 nomes, 7 lideranças responderam ao nosso convite. São elas: Arilson Chiorato (PT-PR); Doriel Barros (PT-PE), Leonardo Picciani (MDB-RJ), Juliano Medeiros (PSOL-Nacional), Adolfo da Costa Oliveira (PSOL-PA), Cristina Maciel Rando (NOVO-RJ) e Raphael Rodrigues dos Santos (NOVO-PR).

Uma vez que entendemos que era necessário aumentar o número de respostas, decidimos tentar também o partido SOLIDARIEDADE, por facilidade com esse contato. Logo, fizemos mais duas entrevistas, completando 9 entrevistas. No caso do SOLIDARIEDADE, entrevistamos Kelps Lima (SOLIDARIEDADE-RN) e Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE-PR).

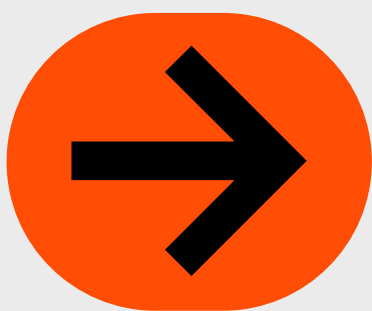
Todas as entrevistas foram realizadas por telefone, com duração de cerca de 40 minutos, a partir de um questionário semiestruturado com 18 perguntas. Elas ocorreram entre os dias 10 de abril e 3 de maio de 2023.

Dos 9 respondentes, 6 já tinham sido eleitos ou ocupavam um cargo no momento das entrevistas; outros três nunca tinham sido eleitos e se dedicavam sobretudo às questões internas de seus partidos. Apenas 1 era mulher e somente 2 (Kelps Lima, SOLIDARIEDADE-RN e Doriel Barros, PT-PE) se autodeclaravam pretos; os demais eram brancos. No total, eles pertencem a 5 partidos diferentes e representam 5 estados. Todos eles concordaram em conceder entrevista fornecendo seus nomes.

Tomando sempre como base as entrevistas, os assuntos abordados neste Relatório dirão respeito aos seguintes aspectos: 1. Escolha de candidatas e candidatos e formação da chapa; 2. Distribuição dos recursos públicos para campanhas; 3. Cronograma eleitoral; 4. Treinamentos internos e setoriais para grupos marginalizados na política; 5. Relação com as iniciativas; e 6. Perspectivas sobre a dificuldade da participação de mais mulheres na política.

Ressaltamos que se trata de uma leitura descritiva das entrevistas, com base nas informações fornecidas pelos estudos de Ciência Política e gênero.

2



CONTEÚDO

1. ESCOLHA DE CANDIDATAS/OS E FORMAÇÃO DA CHAPA – PRIORIDADE A QUEM TEM MAIOR ELEGIBILIDADE

1a. A escolha de candidatas e candidatos

Formulado a partir da preocupação com a questão do recrutamento de candidatas e candidatos de grupos marginalizados para comporem as chapas, o questionário tentou explorar perguntas que ajudassem a destrinchar esse que é considerado o “jardim secreto” (DAHLERUP, 2017) do processo eleitoral. Uma vez que a escolha de quem sairá candidata ou candidato geralmente responde a processos pouco formalizados, as entrevistas das lideranças partidárias fornecem informações que, normalmente, são pouco conhecidas.

Os 5 partidos que estão, de alguma forma, representados nesta entrevista (PT, PSOL, NOVO, SOLIDARIEDADE e MDB) optam por modelos diferentes de recrutamento de candidatas e candidatos, os quais, por sua multiplicidade, permitem que seja feita uma observação mais ampla de como ocorre o processo de formação de suas chapas.

Especificamente no caso do PT, os dois entrevistados mencionam, nesta etapa, o papel do grupo a que eles repetidamente se referem como GTE, o Grupo de Trabalho Eleitoral. Esta instância foi criada em 2022 como espaço destinado a discutir as eleições nacionais e municipais, especificamente no que diz respeito a candidatas e candidatos e estratégias eleitorais, incluindo candidaturas prioritárias e alianças, além de outras questões. O GTE conta com a participação das várias correntes internas do PT. Na entrevista, o deputado Arilson Chiorato (PT-PR) foi enfático ao mencionar que “o voto do presidente e o voto do filiado têm o mesmo peso na votação”. E acrescentou:

O GTE que orienta a tática eleitoral, prioriza quais são as assinaturas prioritárias, quais são as candidaturas com mais chances, quais candidaturas são importantes a serem feitas para firmar posição para ser candidato numa outra eleição e ganhar. Então, tem todo um debate. Nós, do PT, somos orga-

nicamente bem afinados com essa sintonia eleitoral, que é o casamento entre a eleição e o programa do partido. Então, nós temos uma função pragmática, que é ganhar as eleições, e uma função programática, a de que aqueles candidatos executem, de fato, o programa de governo do PT, as bandeiras do PT – Arilson Chiorato (PT-PR)

A perspectiva programática e pragmática é também mencionada pelo outro entrevistado do Partido dos Trabalhadores, Doriel Barros (PT-PE). Entretanto, neste caso, ele inclui um ponto que considera fundamental para as chances eleitorais de candidatas novatas e candidatos novatos: partidos tendem a favorecer nomes que já têm um mandato para disputar a reeleição ou a eleição para outros cargos. Doriel Barros também destaca a relevância da relação próxima ao partido.

Então, às vezes, vai trabalhar primeiro o recorte que é dos que têm mandatos, porque para nós é uma prioridade agora. Mas é claro, avaliando se vale a pena ter um parlamentar do partido que não acompanha o Partido, então isso é um debate que nós vamos fazer só esse ano. Porque o PT não vai dar legenda a um vereador, um prefeito que não esteve comprometido com as orientações do partido – Doriel Barros (PT-PE)

Também é esta visão que sobressai na entrevista de Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE-PR):

Os partidos, geralmente, eles focam em quem já teve uma experiência de candidatura. Que já tem uma medida. Porque a gente nunca sabe. Claro, você consegue identificar uma liderança que tem um potencial e tal. Mas, geralmente, quem já foi candidato a vereador, ou quem já disputou uma eleição majoritária para prefeito, ou quem já foi candidato a estadual. Geralmente, as conversas focam primeiro nessas pessoas – Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE-PR).

No que diz respeito às candidatas novatas e aos candidatos novatos que participam de iniciativas, essa preferência dos partidos por pessoas que já tenham experiência eleitoral revela um obstáculo inicial bastante difícil de ser transpos-

to. Isso porque sua própria falta de vivência do processo faz com que sejam nomes pouco interessantes para a maioria dos partidos, exceto quando se trata de mulheres, com a necessidade de que integrem a chapa para completar os 30% exigidos por lei.

Se o primeiro grupo a ter preferência é composto de pessoas que já têm um cargo, o segundo costuma ser daquelas que já participaram de uma eleição e obtiveram uma boa quantidade de votos; isso pode valer, para o caso de alguns partidos, mesmo quando não se trata de pessoas que já sejam filiadas, conforme explica Kelps Lima (SOLIDARIEDADE-RN)

Com certeza, a gente faz convites para as pessoas que estão em outros partidos. O partido não deu muita atenção para ela? Então, de fato, a gente vai atrás dessas pessoas, conversa, vê se não quer vir para o partido da gente e tal. E também há lideranças que a gente identifica. Que participou de uma associação. É uma associação comercial, uma associação de bairros, ou é uma liderança religiosa, por exemplo. Então, são potenciais candidatos, porque o partido vive de eleição, então sempre vai focar em quem tem chance de ser candidato, obter o número de votos para conseguir uma eleição majoritária ou proporcional para vereador ou para deputado – Kelps Lima (SOLIDARIEDADE-RN)

Em alguns casos e de maneira bem menos frequente, como é possível constatar pela declaração da liderança do SOLIDARIEDADE no Rio Grande do Norte, o partido pode incentivar candidaturas de pessoas que nunca concorreram ou se elegeram. Como descreve Kelps Lima (SOLIDARIEDADE-RN), há, em casos específicos, um esforço interno de formação dessas candidatas e candidatos. Que são, então, direcionadas e direcionados ao. Elas/es são, então, direcionadas/os ao treinamento interno. No caso do SOLIDARIEDADE, a Escola de Jovens Líderes:

Quando a gente identifica um quadro que combina com a gente que tem potencial eleitoral, a gente imediatamente busca essas candidaturas – Kelps Lima (SOLIDARIEDADE-RN)

Para o MDB, a questão da experiência prévia também é vista como um ponto estratégico, mas o líder do Rio de Janeiro, Leonardo Picciani, aponta que há também receptividade para candidatas e candidatos que estão iniciando suas trajetórias políticas. Contudo, sem perder a perspectiva de elegibilidade.

O sistema proporcional impõe que você avalie a viabilidade eleitoral dos candidatos. Esse debate aqui é sempre presente. Evidentemente, quem tem uma relação mais profunda e mais sólida com um partido, isso também é levado em conta. Eu diria que há uma mediana das 2 coisas. A viabilidade eleitoral é uma forma mais pragmática, que é o sistema imposto aos partidos. (...) [Mas também nos interessam] as pessoas que vêm da militância muitas vezes vindo desses movimentos; pessoas que tenham feito os cursos de formação da Fundação Ulysses Guimarães. (...) Candidatos que já tenham disputado outros pleitos grandemente vindos de outros partidos, e já tenham um histórico de atuação política de atuação comunitária – Leonardo Picciani (MDB-RJ).

Uma vez que não é possível ter dados precisos sobre a elegibilidade das candidaturas novatas, o que os partidos fazem, muitas vezes, é encomendar pesquisas ou solicitar informações que possam sinalizar o potencial de captação de votos daquela determinada pessoa. Voltaremos a esse tema adiante.

Se é possível identificar semelhanças em como é feita a escolha de candidatas e candidatos no PT, SOLIDARIEDADE e MDB, os partidos PSOL e NOVO apresentam processos diferentes dos demais, ainda que não se assemelhem entre si, no que diz respeito ao recrutamento.

No caso do PSOL, as duas lideranças entrevistadas foram enfáticas em estabelecer a importância da adesão à parte programática para efetivamente se tornar uma candidata ou candidato, isso porque o partido entende que a pessoa que quer ser representante deve estar, antes de tudo, integrada a uma das correntes do projeto que defendem. Ou seja, essa pessoa nunca deverá ser candidata com uma agenda individual, mas, sim, representar a coletividade.

Isso considerado, o partido não recruta candidatas e candidatos de outros partidos e, quando faz convites para possíveis candidatas/os, ele acontece para pessoas que já fazem algum tipo de atividade política não partidária em um dos movimentos sociais de esquerda. Ou seja, o convite para integrar o partido é resultado de uma ação política não necessariamente eleitoral.

Juliano Medeiros, presidente nacional do PSOL, explica que o partido tem como objetivo arregimentar pessoas que queiram participar do projeto partidário, e não que tenham objetivos individuais. Ele também explica como é feito o processo interno:

No PSOL, qualquer filiado tem o direito de postular uma candidatura. E a gente não teve, ao longo da história, que eu lembre, casos em que houvesse mais postulantes a candidato que vagas. Normalmente, acontece o contrário: você tem mais vagas e tem dificuldade de compor as chapas. Então a gente não identifica, digamos assim, na sociedade, eventuais candidatas. (...) Não é comum que no PSOL se convidem lideranças para serem candidatas. A gente convide lideranças para integrar nosso projeto partidário e eventualmente serem candidatas, mas não exclusivamente para essa finalidade – Juliano Medeiros (PSOL-Nacional)

A perspectiva de Juliano Medeiros é diametralmente oposta à de Cristina Maciel Rando, líder do NOVO, no Rio de Janeiro. O partido optou por realizar processos seletivos para identificar potenciais candidatas e candidatos, como ela contou na entrevista:

A gente tem um processo seletivo. Esse processo seletivo é muito importante para tornar o processo justo do ponto de vista de não existir apadrinhamento. Então, existe busca ativa da parte da direção e da parte dos filiados. (...) todas essas pessoas que estão ao redor, elas ficam em busca de pessoas comuns, que compreendam as propostas do partido, das ideias, e se interessem em participar do processo. Agora, cada vez mais, a gente tem conseguido colocar para essas pessoas que é um processo difícil, de longo prazo (...)

Porque, se não, a gente restringe isso a pessoas que já estão preparadas para outras oportunidades que a vida ofereceu – Cristina Maciel Rando (NOVO-RJ)

As declarações das lideranças partidárias, mesmo com suas diferentes perspectivas, sugerem que há dois pontos comuns à maioria na forma como é feita a escolha de candidatas e candidatos, os quais merecem ser destacados. O primeiro deles é a preferência por nomes que já tenham experiência, seja tendo sido eleitos ou tendo disputado uma vaga anteriormente; o segundo é a preferência por nomes que tenham uma relação mais sólida – de confiança – com o partido.

Partindo do recrutamento individual, trataremos agora de como esses nomes são reunidos para que seja possível realizar a composição das chapas.

1b. A formação da chapa

Ainda que, neste Relatório, façamos uma separação dos dois processos, apenas para efeitos de estudo, a construção de uma chapa que irá disputar uma eleição proporcional (ou seja, para os cargos de Vereadora ou Vereador, deputada/o estadual e Deputada ou Deputados Federal) não ocorre de forma posterior à decisão sobre possíveis nomes para se candidatarem. Na realidade, em geral, as lideranças mencionam que os dois processos acontecem de forma concomitante; os nomes vão sendo considerados ao mesmo tempo em que se vai desenhando o perfil daquela chapa.

A primeira exigência na montagem de uma chapa, que todas as lideranças mencionam, é a de presença de 30% de mulheres, obedecendo a cota de gênero. Algumas lideranças também mencionam especificamente uma preocupação com diversidade na composição da chapa. É o caso de Juliano Moreira (PSOL-Nacional) e Arilson Chiorato (PT-PR).

Você primeiro precisa garantir a representatividade que é exigida por lei, mas também é um compromisso do PSOL com mulheres, de sempre buscar cumprir rigorosamente as deter-

minações legais, mas, para além das determinações legais, também tem uma representatividade dos setores sub-representados historicamente na política – mulheres, negros, negros, LGBT em geral. A gente começa por aí, garantindo que haja representatividade. Segundo, garantindo que haja lideranças representativas socialmente. Porque isso também tem um retorno eleitoral depois. E, terceiro, garantir que as pessoas que estão postulando a chance de serem candidatas do PSOL, que elas tenham identidade política com o projeto do PSOL – Juliano Moreira (PSOL-Nacional)

No caso de eleições municipais, o PSOL procura também garantir que geograficamente haja representação na maioria dos diferentes bairros da cidade, além da presença das diversas setoriais.

Arilson Chiorato (PT-PR) explica que a primeira decisão diz respeito à divisão das cadeiras entre os partidos da Federação. Uma vez definido esse ponto, a divisão acompanha as diferentes representações sociais, mas com foco no “arranjo eleitoral”.

O primeiro elemento que a gente constrói é que ela de fato represente o partido. Esse é o primeiro quesito. Que ela tenha condições de ser a cara do PT nas eleições municipais de determinada cidade. Feito isso, a gente tem um debate de conteúdo, depois de representatividade, a composição de homens, mulheres, minorias etc. E, claro, por último é feito arranjo eleitoral para que você consiga fazer 1, 2, 3 cadeiras, então é feita toda uma construção nesse sentido. Então, primeiro debate um partido, depois o conteúdo e, por fim, a questão de estratégia eleitoral. Como alcançar as cadeiras. (...) A meta em determinada cidade é eleger 1 vereador. A meta em outra cidade é eleger 2 vereadores. A meta em outra cidade é disputar a eleição para construir um partido para frente. A meta da outra é disputar a prefeitura para ganhar. A meta na outra é compor com o PDT para não deixar o bolsonarismo ganhar. E assim vai – Arilson Chiorato (PT-PR)

Os estudos em Ciência Política apontam que, na composição das chapas, os partidos investem bastante na figura da can-

didata ou candidato “puxador de votos” (BRAGA E AMARAL, 2013). Com o sistema proporcional de lista aberta, trata-se de uma/um candidata/o com altíssima viabilidade eleitoral, capaz de conseguir muito mais votos que os necessários para se eleger, votos esses que serão distribuídos entre a chapa, podendo garantir um maior número de cadeiras para o partido.

Doriel Barros (PT-PE) confirma justamente a relevância da/o puxadora/or de votos na hora de formar uma chapa:

[O mais importante é ter] nomes competitivos. (...) Não colocar nomes que não são competitivos e, portanto, não vão trazer votos para a chapa. Você tem um olhar para dentro, no primeiro momento, mas é evidente que você vai olhar também quadros que possam vir com força, para que a gente consiga, no próximo ano, ampliar a nossa representação no executivo e também crescer o legislativo. Então, acho que uma chapa ideal é dialogar com todos os segmentos da sociedade, e com isso você ganha força não apenas para a eleição do vereador, mas para contribuir para a eleição majoritária. Então acho que só é chapa ideal quando você consegue esse conjunto de forças – Doriel Barros (PT-PE)

A perspectiva apresentada por Kelps Lima é muito semelhante, como é possível notar por sua explicação sobre a montagem de chapas:

Obviamente, que cumpra a matemática legislativa para eleger candidatos. Uma chapa boa tem que ter, no mínimo, a capacidade de eleger 2 parlamentares, porque, se ela elege 1, é horrível, porque você fica numa tensão eterna se alguém desistir do partido. Ela deve, ao máximo, não ter concorrência interna. Você vai fazer chapa, não bota dois candidatos no mesmo bairro. Além de você criar um problema interno, você vai ficar com o mesmo voto dividido por 2. Numa boa geografia de segmentos, uma boa distribuição entre segmentos e geográfica. Quanto mais amplo isso for, melhor a chapa – Kelps Lima (SOLIDARIEDADE-RN)

No caso do NOVO, o critério *sine qua non* para integrar a chapa é ser ficha-limpa, e as duas lideranças entrevistadas mencionam

a diversidade de agendas como algo interessante (empreendedorismo, causa social, agro, por exemplo), reforçando que a existência da/o puxadora/or de votos nunca foi colocada como ponto fundamental, ao contrário: o partido está preocupado com a realização dos mandatos, com ter potenciais bons mandatários.

Leonardo Picciani (MDB-RJ), porém, voltou a fortalecer, na entrevista, a necessidade de uma relação com o partido:

“para poder ter competitividade; para construir uma chapa tão extensa assim, você continuaria a chapa, evidentemente, com pessoas comprovadamente com aderência programática ao partido – Leonardo Picciani (MDB-RJ)

Em resumo, o que podemos perceber, pelas respostas das lideranças, é que há uma preocupação, na formação das chapas, em acomodar, da melhor forma possível, os diversos grupos que desejam participar do pleito, não somente no que diz respeito à diversidade de gênero e de raça/etnia, mas também com foco em diferentes setoriais do partido, regiões geográficas, grupos representados (por exemplo, sindicatos). Além disso, os partidos demonstram uma preocupação em garantir o maior número possível de votos; para tal, muitos optam por buscar alguém que possa ser uma puxadora ou puxador de votos”.

Mesmo com a presença de uma candidata ou candidato com muito potencial eleitoral prévio, para que candidatas e candidatos e uma chapa tenham chances de arregimentar muitos votos, é quase imprescindível a existência de um alto financiamento de campanha. Este, portanto, é o tema da próxima seção.

2. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA CAMPANHAS

A partir da eleição de 2018, como resultado da Minirreforma eleitoral de 2017 e da proibição de investimentos privados de pessoa jurídica em campanhas eleitorais, os partidos passaram a dispor de montantes do Fundo Especial para Financiamento de Campanha (FEFC) para serem destinados às candidaturas.

Por decisão do TSE, ratificada pelo STF, ficou estipulado que 30% do valor deveria ser destinado às campanhas femininas e, a partir de 2020, que candidatas negras e candidatos negros deveriam receber fundos de forma proporcional ao percentual de sua presença.

Quando perguntadas sobre como esse fundo costuma ser distribuído e quais candidaturas costumam ter prioridade no recebimento do montante, as lideranças partidárias entrevistadas afirmaram que, na maioria dos casos, por ser um valor baixo, em eleições municipais, com um enorme número de candidatas e candidatos, a prioridade do partido é repassá-lo na forma de serviços. Eles podem ser de advocacia, contábeis ou de comunicação, incluindo o fornecimento de foto para a urna, santinho, contadora ou contador e advogada ou advogado, para garantir que a prestação de contas seja bem feita e candidaturas não corram o risco de ficarem inelegíveis. É esse, por exemplo, o caso do PSOL e do SOLIDARIEDADE, partidos com relativamente poucos recursos advindos do FEFC. No caso do NOVO, pelo seu estatuto, o partido também não faz uso dos fundos eleitorais, medida que vem sendo repensada desde as últimas eleições, uma vez que ela diminui muito as chances de suas candidatas e candidatos no pleito.

Apesar dos poucos recursos, vale a pena destacar o sistema de pontuação implementado pelo PSOL, que aumenta a destinação de valores de acordo com o grupo que uma determinada candidata ou candidato representa. Por exemplo, uma mulher receberá mais recursos que um homem; assim como uma pessoa negra em relação a uma branca; ou uma representante LGBTQIAP+, em relação a uma não LGBTQIAP+. No entanto, como também explicam, a primeira categoria quanto à prioridade de recursos é já ter sido eleita/o, ou seja, já ter um assento.

É importante frisar que a decisão está longe de ser exclusiva do PSOL. O raciocínio correto utilizado é que, uma vez eleita, uma pessoa tem muito mais chances de continuar ocupando este cargo que alguém que nunca teve um assento. Contudo, é importante destacar essa decisão, uma vez que deixa evidente como o sistema cria incentivos que acabam favorecen-

do que pessoas já eleitas continuem em seus cargos, dificultando a renovação de quadros. Isso ocorre mesmo quando se trata de um partido progressista.

No que se refere ao PT e ao MDB, as três lideranças entrevistadas deram algumas informações de como decidem a forma de alocação do FEFC.

No caso do MDB, a decisão sobre a destinação dos recursos se inicia na Executiva Nacional, que define os critérios gerais de distribuição, sobretudo tentando determinar os valores destinados às candidaturas proporcionais (Vereadoras, Vereadores, Deputadas e Deputados Estaduais e Federais e deputadas/os estaduais e federais) e majoritárias (todas as demais). Feito isso, o partido transfere boa parte do valor a seus diretórios estaduais. Localmente, as decisões são tomadas com base em estratégias de natureza política e eleitoral, ou seja, na análise de pesquisas políticas e pesquisas eleitorais. De qualquer forma, como se observa pela resposta de Leonardo Picciani (MDB-RJ), o processo é bastante discricionário:

Em algumas cidades é possível [fazer pesquisa], em outras cidades não é possível essa pesquisa de natureza mais científica, e aí é um critério mais de avaliação política mesmo, feito pelas lideranças, mais uma questão de feeling político da liderança. Quando não é possível você estabelecer essa métrica mais científica, no caso de eleições municipais, em cidades menores. Mais ou menos dessa forma – Leonardo Picciani (MDB-RJ)

Doriel Barros (PT-PE) explica que o cálculo é feito a partir da conjuntura local. Por exemplo, se o partido tem interesse em eleger um prefeito, em aumentar o número de vereadores ou em fazer oposição pura e simples. Tudo isso pode impactar a decisão de alocação de recursos.

Tem um GTE estadual, que é um grupo de filiados, e aí define algumas diretrizes, como o tamanho do município, o candidato com o grau de prioridade 1 ou 2, então, entre esses elementos, eles são colocados. Uma prioridade 1 é a que tem mais chance, digamos, de ganhar a eleição na nossa avaliação. Outro que

tem uma chance menor (...) é colocado dentro dos critérios e, a partir daí se define, e em vez de apoio, o fundo partidário é colocado diretamente nas contas desses desses candidatos – Doriel Barros (PT-PE)

Arilson Chiorato (PT-PR) explica com mais detalhes como isso é feito, reconhecendo a necessidade de distribuir valores mais altos para candidatas e candidatos de grupos sub-representados na política, para aumentar a viabilidade eleitoral dessas campanhas:

Na eleição passada, aqui no estado, a gente fez uma conversa e criamos uma espécie de fórmula de repartir o fundo eleitoral para todos os candidatos do PT, desde vereador, vice-prefeito e prefeito. Era discutida a densidade eleitoral, a chance de ganhar. A questão de viabilidade, a questão do tamanho do município, tamanho da campanha, mas, principalmente, a priorização das candidaturas femininas, dos negros e negras, com maior volume de recursos, inclusive para poder ter mais condições de disputa. Porque não adianta você dar só a vaga e não corrigir uma distorção histórica, que é o poder de disputar – Arilson Chiorato (PT-PR)

Para garantir que todo esse processo ocorra da maneira mais exitosa possível, os partidos começam a trabalhar com bastante antecedência. Este será o tema da próxima seção.

3. CRONOGRAMA ELEITORAL

Pelas seções anteriores, é possível identificar que os partidos, apesar de levarem em conta a questão da representatividade de grupos marginalizados – sobretudo de mulheres, mas também de pessoas negras – na política, na hora de decidirem como serão compostas as suas chapas seguem outros critérios que parecem preceder essa temática, sejam eles a afinidade programática com o partido, a diversidade de agenda e, principalmente, a experiência prévia em candidaturas, com preferências por nomes que já foram eleitos.

Conforme mencionamos, essa justificativa cria mais obstáculos para candidatas e candidatos oriundos de programas de

formação que não têm experiência prévia na política eleitoral ou mesmo na partidária. Atentas a essa questão, incluímos dentre as perguntas feitas às lideranças políticas o tema do cronograma da formação de chapas.

Mais uma vez, com exceção de PSOL e NOVO, que, no primeiro semestre de 2023, ainda estavam iniciando a movimentação para definir as candidaturas de 2024, os demais partidos já se encontravam com processos bastante avançados no que diz respeito ao recrutamento de candidatas e candidatos e à forma de alocação nas chapas. Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE-PR), em sua entrevista em maio de 2023, afirmou:

A gente já está focando na organização do partido nos municípios. Na chapa de vereadores, potenciais candidatos a prefeito ou a vice. Mas isso se intensifica, geralmente, depois de outubro, porque o prazo máximo para estar filiado no partido é março do ano que vem. Então, a partir de outubro, as coisas começam a se agitar mais. Começa a haver uma disputa entre os partidos – Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE-PR).

Esse cronograma se contrapõe ao próprio processo das iniciativas, que aumentam sua incidência no ecossistema, realizando eventos e formações, sobretudo no ano eleitoral, ou no fim do ano pré-eleitoral. Entretanto, nessas ocasiões, os partidos que responderam ao questionário já costumam estar em fase bastante avançada de formação de suas chapas.

Na próxima seção, trataremos de como os partidos têm trabalho internamente a questão do fortalecimento de grupos marginalizados na política.

4. TREINAMENTOS E SETORIAIS PARA GRUPOS MARGINALIZADOS NA POLÍTICA.

Um dos caminhos para aumentar o poder relativo de pessoas que pertencem a grupos marginalizados na política é garantir que elas integrem espaços de decisão dentro da estrutura partidária, assim como prover treinamentos que as levem a ocupar esses lugares.

Quando perguntadas sobre a existência de treinamentos e setoriais em seus partidos para pessoas que integram tais grupos, a maioria das lideranças mencionou escolas internas de política, bem como programas nacionais ou estaduais voltados para mulheres. No entanto, são poucas as iniciativas com foco em outros grupos, tais como pessoas negras ou LGBTQIAP+. A obrigação de destinação dos 5% do fundo partidário certamente tem influência direta nessa priorização dos partidos, indicando como as regras podem, sim, ter impacto nos esforços de redução da desigualdade de gênero. Como afirma Juliano Moreira, presidente nacional do PSOL:

No caso das mulheres em geral, o setorial de mulheres, a Secretaria de mulheres costuma ter atividades, iniciativas para preparação. O setorial de mulheres tem sempre 5% dos recursos do fundo partidário. Então, tem um financiamento bem adequado e, através desse financiamento próprio, elas mesmo gestam esses valores e tem regularmente atividades de formação para candidatas do país inteiro. Para candidaturas de negros e negras LGBTQs, não tem havido, porque tem havido uma desarticulação interna. Não temos nesse momento, o setorial LGBTQ funcionando, e o setorial de negros e negras está num processo de reestruturação. Então, em geral, fica a cargo do processo de auto-organização nesses setores. Nosso partido sempre tem dado suporte quando há uma demanda – Juliano Moreira (PSOL-Nacional)

Já no MDB, partido com uma história mais consolidada e que conta com valores mais altos de financiamento público para seu funcionamento, há uma série de setoriais com foco na representatividade de diferentes grupos e agendas. Para além do MDB Mulher, há o setorial de Juventude; o MDB Socioambiental, que trata de pautas ligadas ao meio ambiente; o MDB Afro, que debate questões raciais; o MDB Diversidade, para questões LGBTQIA+; além do MDB comunitário, que trata das questões inerentes às populações de favelas. De acordo com Leonardo Picciani (MDB-RJ), o partido cede sua estrutura física (ou seja, provê recursos não obrigatórios do Fundo Partidário) para que esses setoriais possam funcionar.

Já o PT conta com diversas setoriais em todo o país e foi o primeiro a determinar cotas para mulheres nas instâncias partidárias (GODINHO, 1996). Em Pernambuco, a estratégia de atuação com grupos marginalizados na política, conforme mencionado por Doriel Barros (PT-PE), é de aproximação intensa com os movimentos sociais. Assim, a participação de mulheres e pessoas negras – características mencionadas por ele na entrevista – é constituída a partir daí e não ao revés.

A base são os movimentos sociais, pra gente fazer o debate político de uma forma a trazer as demandas dos movimentos para dentro do partido e de o partido também assumir as bandeiras de luta desses movimentos. Acho que isso é um caminho de você criar uma relação e, ao mesmo tempo, fazer um diálogo com esses movimentos sobre a necessidade da identificação de quadros para ofertar ao PT, para a disputa partidária, quadros de pessoas negras, mulheres – Doriel Barros (PT-PE)

O SOLIDARIEDADE, por sua vez, tem feito um esforço nacional para incentivar candidaturas femininas, com um programa interno, o Lidera+. O foco é o incentivo de candidatura e o fortalecimento da resiliência das candidatas por meio de encontros e aulas. Kelps Lima (SOLIDARIEDADE-RN) afirmou que, para além do trabalho com mulheres, a Secretaria de Igualdade Racial também faz um trabalho de “verificação dos candidatos e das candidatas negros e negras”, além de orientação e acompanhamento. Mesmo assim, o próprio Kelps Lima argumenta que não encontra nomes para garantir 30% de presença feminina nos quadros de liderança do SOLIDARIEDADE no Rio Grande do Norte.

Por fim, o NOVO, que apesar de não fazer uso do FEFC tem utilizado os recursos do Fundo Partidário para cumprir a obrigação dos 5% com treinamentos de mulheres candidatas, organizou um programa com uma universidade para treinar suas candidatas, como conta Cristina Maciel Rando (NOVO-RJ):

O MBA para mulheres foi desenhado pela Fundação Brasil Novo junto com uma escola de business. Fizemos uma parceria e desenhamos um MBA político para mulheres, gratuito,

como se fosse uma bolsa de iniciação para elas. A gente está começando uma turma agora, a gente fez um processo seletivo, divulgou, as mulheres se inscreveram e acho que já tem definição. Se não me engano, são 40 vagas. Ele é nacional – Cristina Maciel Rando, (NOVO-RJ).

A exigência de destinação de 5% do Fundo Partidário para treinamento e fortalecimento das campanhas femininas acabou levando os partidos a encontrarem formas de alocar tal montante, e a realização de cursos e encontros acaba sendo o formato mais replicado pelas lideranças entrevistadas. No entanto, por ora, esses esforços parecem estar apenas concentrados nas candidaturas de mulheres, não contemplando outros grupos marginalizados na política, como pessoas negras ou LGBTQIAP+.

Diante dessa aparente falta de interesse dos partidos em trabalhar com o fortalecimento desses grupos, buscamos entender como poderia se dar a relação com as iniciativas de apoio a candidaturas e seus programas de formação. Este é o tema da próxima seção.

5. RELAÇÃO COM AS INICIATIVAS

Uma vez que os partidos parecem não ter interesse ou capacidade financeira para atender às demandas de fortalecimento de grupos sub-representados na política, nos interessava entender se eles tinham conhecimento e como se relacionavam com as iniciativas de apoio a candidaturas.

Neste caso, assim como ocorre com parte das iniciativas, o que identificamos foi desconhecimento e/ou desagrado em relação ao trabalho que elas desenvolvem. Como, por exemplo, afirmam Arilson Chiorato (PT-PR), quanto ao desconhecimento; e Leonardo Picciani (MDB-RJ), quanto ao desagrado.

Eu já ouvi falar de várias, não conheço nenhuma, para ser sincero, nem sentei e conversei, fui ouvir. Mas acho que tudo que possa somar e agregar conhecimento e fortalecer a democracia é importante – Arilson Chiorato (PT-PR).

Conheço de ouvir dizer, já vi a plataforma. Eu creio que a sociedade se organizar é algo natural. Acho que o único ponto de atenção é que você mudou a legislação para vedar o financiamento privado, submeteu o sistema político partidário ao financiamento. Então, eu acho que o único ponto de atenção é que são esses movimentos que são legítimos, como qualquer movimento legítimo da sociedade civil, mas que eles não são. É, por exemplo, plataformas disfarçadas de financiamento privado de candidatos, é isso. Então eu coloco isso enquanto preocupação (...) Eu acho que devemos observar se parte desses movimentos não serão, na verdade, instrumentos de financiamento privado disfarçados de envolvimento da sociedade. (Leonardo Picciani, MDB-RJ).

As exceções são as lideranças do SOLIDARIEDADE-RN e os dois líderes do NOVO, que lhes têm muito conhecimento e apreço, inclusive tendo participado do Raps e do Renova. É o caso de Raphael Rodrigues dos Santos (NOVO-PR), que vê com bons olhos o trabalho das iniciativas.

Atraem pessoas fora da política com esse apoio que eles dão, que não está com o rótulo de você é partido a ou b? Você é esquerda ou direita? Eles têm esse escudo. Somos pluripartidários de diferentes ideais. Então, acho que isso é benéfico para tentar quebrar um pouco esse preto e branco, esquecendo que tem um milhão de tons de cinza no meio. Eu acho que esses momentos são importantes para quebrar essa fase de polarização – Raphael Rodrigues dos Santos (NOVO-PR).

Em geral, o que se vê é que há, por parte de algumas lideranças partidárias, uma rejeição a essa perspectiva de instituições da sociedade civil que estejam trabalhando de forma paralela ao sistema partidário, em prol da renovação na representação. Ao mesmo tempo, elas demonstram algum interesse em trabalhar conjuntamente, caso se trate de movimentos/iniciativas que lutam por agendas específicas, formando, por exemplo, defensores do meio ambiente. Adolfo da Costa Oliveira (PSOL-PA) menciona esses diferentes propósitos.

No nosso caso, acho que não, não que nós sejamos fechados, mas porque talvez nós estejamos querendo coisas diferentes. Eles estão querendo partidos para poder eleger as pessoas, os candidatos em que eles acreditam. Nós estamos querendo pessoas para eleger com as ideias que nós acreditamos. São ideias diferentes – Adolfo da Costa Oliveira (PSOL-PA).

É importante salientar que, em geral, quando se trata de iniciativas, as lideranças conhecem e/ou sabem mencionar apenas dois nomes: Raps e Renova. Tal resposta é bem semelhante à fornecida nos grupos focais e nas pesquisas de opinião realizados pela pesquisa +Representatividade.

Outro ponto a destacar é que também foi mencionado por muitas lideranças, nesta parte do questionário, o trabalho que vem sendo desenvolvido internamente nos partidos com vistas ao fortalecimento de candidatas/os de grupos marginalizados na política, como explicitado na seção anterior. Esses esforços, nos diferentes partidos, conforme argumentam, faz com que deixe de ser necessária ou útil uma aproximação com as iniciativas.

6. OS DESAFIOS NO PREENCHIMENTO DAS COTAS E AS PERSPECTIVAS ANTE A DIFICULDADE DE PARTICIPAÇÃO DE MAIS MULHERES NA POLÍTICA

6a.O preenchimento da cota

Aproveitando a possibilidade que tivemos de realizar entrevistas com lideranças partidárias sobre recrutamento de candidatas e candidatos e formação de chapas, incluímos no questionário algumas perguntas que buscavam captar suas considerações quanto à enorme ausência de mulheres eleitas no Brasil. Com exceção do PSOL, as lideranças de todos os partidos entrevistadas argumentaram ter alguma dificuldade de completar a chapa, sobretudo em eleições municipais, quando se trata de um partido – como é o caso do PT, por exemplo – que deve lançar chapas em todos os municípios, conforme relata Doriel Barros (PT-PE):

De alguma forma, temos encontrado uma certa dificuldade, não tem sido uma coisa muito tranquila. Nas eleições à estadual, não tivemos tantos problemas ou dificuldades. Agora, nas eleições municipais, há problemas, e essa é uma questão. (...) A nível municipal, em alguns municípios, não é em todos também, mas na grande maioria, essa ainda é uma dificuldade – Doriel Barros (PT-PE)

Leonardo Picciani (MDB-RJ) e as duas lideranças do SOLIDARIEDADE mencionam a dificuldade no preenchimento das chapas e acabam tratando de outro tema de destaque quando o assunto são candidaturas femininas: as candidaturas conhecidas pelo senso comum como “laranjas”.

Existe, sim, dificuldade, e acho que não é por questão unicamente do MDB, eu acho, que pela sua tradição, tem uma militância feminina muito grande, mas infelizmente ainda é uma barreira da política nacional você ter mulheres dispostas a disputar eleição. Nós temos conseguido, sim, preencher as vagas, preencher as cotas, mas muitas vezes é necessário uma busca ativa para encontrar essas candidatas. Algumas militantes que são militantes, mas muitas vezes não desejam disputar a eleição, então, muitas vezes, a gente tem sim que fazer um pedido, né? Falar, “bom, disputa eleição o partido precisa”. É para que tenham candidatas. (...) Acho que tem ocorrido avanços, tenho visto avanço, crescimento da participação feminina, ainda discretos – Leonardo Picciani (MDB-RJ)

Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE-PR) e Kelps Lima (SOLIDARIEDADE-RN), ambos do mesmo partido, falam especificamente do tema das laranjas, mas propondo mudanças que beneficiem a presença de mulheres.

Todos os partidos têm dificuldades para cumprir a regra, não simplesmente para cumprir a regra em termos numéricos, mas em termos de representação. Todos nós acompanhamos o que significam as candidaturas laranjas de mulheres. Então, simplesmente, para cumprir cotas, qualquer um consegue. Agora, mulheres que realmente já tenham sido candidatas, que tenham representação, que tenham, potencial de votos, aí já é mais difícil – Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE-PR) [Temos] mui-

ta dificuldade. Eu sou defensor de que essa cota seja de cadeiras no parlamento. Seria uma efetividade muito melhor para as mulheres, em vez de terem cotas de candidaturas. Podia ter menos candidatas, candidatas mais vocacionadas, que assumiriam mandatos e seriam grandes exemplos, referências para o surgimento de novos quadros. Porque aí você bota as cotas e preenche a grande maioria com mulheres que não têm chance nenhuma; parte delas, laranja. Aí você não elege quadro. Você não tem representatividade, então você não tem símbolos. Eu sou defensor da extinção da cota de candidatas e adoção de cotas de vagas – Kelps Lima (SOLIDARIEDADE-RN)

As lideranças do PSOL afirmaram enfrentar menos dificuldades em encontrar mulheres candidatas. Elas consideram que se trata do resultado das próprias políticas de inclusão implementadas internamente no partido, ao priorizarem fundos de campanha para representantes de grupos marginalizados na política.

A gente tem facilidade. Há muitos anos, há muitas eleições, já não é mais problema para a gente, porque a gente não tem uma política interna. Por exemplo, aqui no meu diretório, no diretório estadual, mais de 50% são mulheres – Adolfo da Costa Oliveira (PSOL-PA)

As demais lideranças mencionam que encontram problemas para conseguir mulheres candidatas, mesmo diante de um grande esforço que os partidos e eles mesmos fazem, de busca ativa, entre lideranças femininas, para lançar novas candidatas competitivas. Perguntamos, então, por que acreditam que isso ocorre no Brasil.

6b. Por que há poucas mulheres na política?

Em geral, entre as lideranças há a perspectiva de que a dificuldade de eleger mais mulheres no Brasil está relacionada a fatores que dizem respeito ao funcionamento da sociedade, incluindo fatores como o machismo, bem como o tempo dedicado pelas mulheres ao cuidado e às tarefas domésticas, o que diminuiria o tempo disponível para se dedicarem às atividades partidárias. Esta é, por exemplo, a visão de duas lideranças do Paraná.

A dificuldade de os partidos arregimentarem mulheres é pela falta de disposição das próprias mulheres em participar, em querer disputar uma eleição. A nossa cultura é muito machista. Ainda desde os tempos mais remotos, a gente sabe que a política sempre foi um espaço masculino. Então, as mulheres continuam tendo mais dificuldade. – Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE-PR).

Primeiro, a gente [precisa] ter candidatas efetivamente que estejam dispostas a assumir esse espaço. Isso é uma coisa importante. Segundo, as condições dadas. Eu falo assim: a campanha para a mulher é diferente, porque a mulher normalmente, além do trabalho profissional, tem o trabalho de casa, então tem menos tempo do que o homem para fazer campanha. Isso é uma coisa clara e historicamente entendida. Tem que ser uma campanha com mais condições de igualdade para você ter mais mulheres. (...) A mulher tem que ter a mesma condição que o homem, não só financeira, não só de ocupação de mídia, mas em termos de igualdade para poder fazer a campanha, de se dedicar à campanha – Arilson Chiorato (PT-PR).

Esta percepção vai de encontro àquela expressada pelas candidatas em nosso relatório sobre o tema. Nele, as candidatas afirmam, de forma reiterada, que sua dificuldade de participar da política advém, sobretudo, da resistência que encontram dentro das estruturas partidárias – desde não serem escutadas até não receberem financiamento. Cristina Rando (NOVO-RJ), a única líder que aceitou participar da pesquisa, tem consciência das dificuldades estruturais da desigualdade de gênero; no entanto, ela reconhece o papel dos partidos nesse processo.

A mulher, de fato, tem uma sobrecarga enorme, não é? (...) Então tem essa questão, a gente identificou muito a falta de debate político em casa, que a política nunca foi objeto de conversas em casa, e isso fez com que essas mulheres crescessem diferentes. (...) Também tivemos a constatação, de várias delas, de que é um ambiente muito hostil. Isso causava também ficar fora. (...) [elas se sentem] como se os papéis tivessem sido estabelecidos e a gente só está cumprindo os papéis – Cristina Rando (NOVO-RJ)

O presidente nacional do PSOL, Juliano Moreira, reconhece o papel dos partidos políticos nesse processo, porém, atribui o problema sobretudo aos partidos tradicionais. Além disso, chama atenção para o fato de que o sistema proporcional de lista aberta acaba dificultando que mais mulheres sejam eleitas.

Os partidos que não têm compromisso com a agenda feminista e que não tem o devido cuidado para a formação de lideranças feministas. Basicamente, sem que os partidos políticos tenham um trabalho forte de preparação das chapas, formação e estímulo, dificilmente vai ter uma representatividade de mulheres nessas chapas do partido. Então, por outras razões, o PSOL defende já há muitos anos o sistema de lista fechada com paridade de gênero. Isso seria rapidamente resolvido. Nós teríamos seguramente assembleias e câmaras de vereadores com 50% de mulheres. Enquanto o sistema tiver essa estrutura, dificilmente vamos conseguir alcançar percentuais mais altos – Juliano Moreira (PSOL-Nacional)

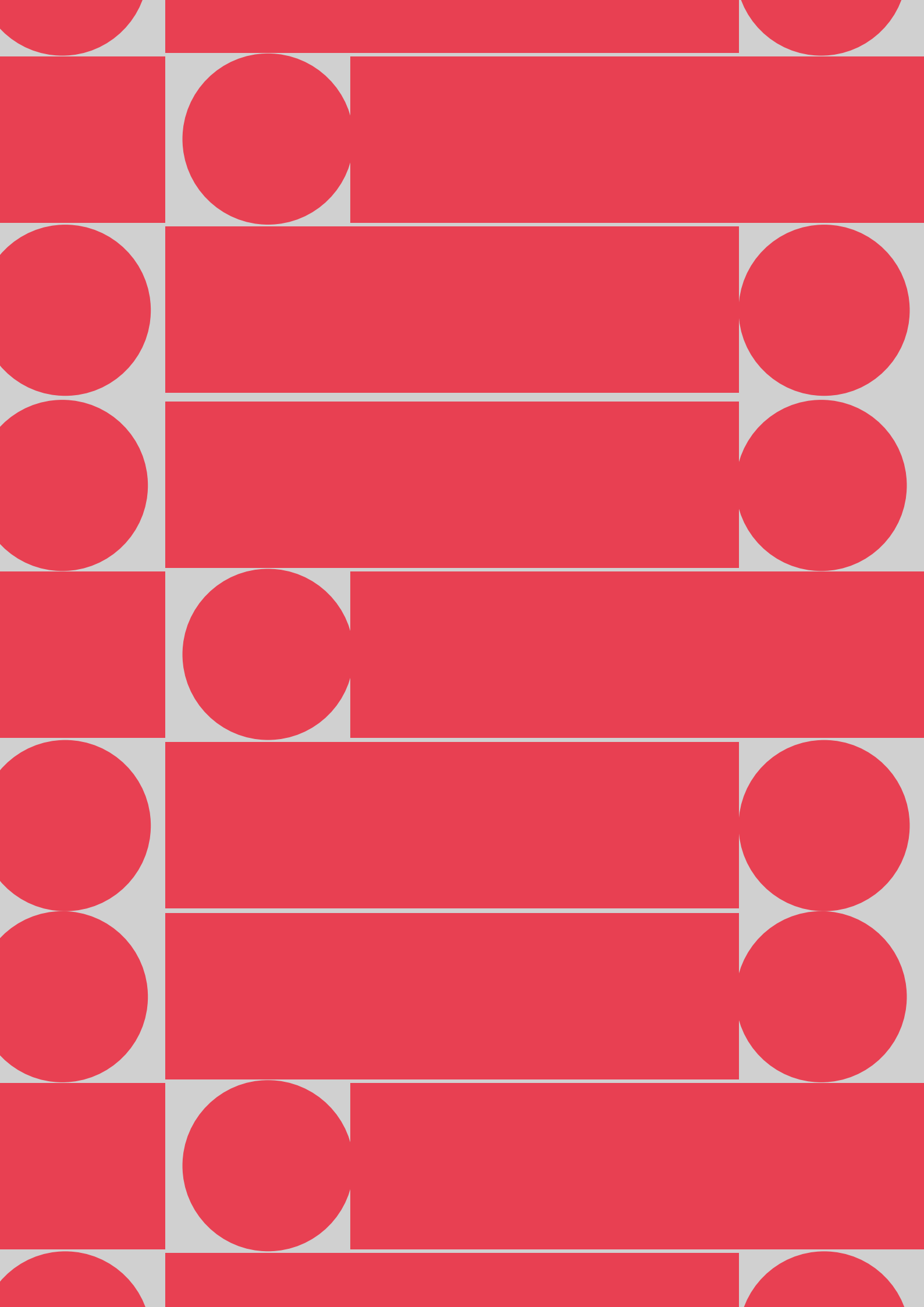
Não apenas no PSOL há esta consciência. Doriel Barros (PT-PE), tendo declarado dificuldades em conseguir candidatas para concorrer nas chapas que monta, reconhece a necessidade de que os partidos também façam sua parte:

“Eu acho que falta ainda um trabalho de fortalecimento e de empoderamento e debate, no sentido da gente trabalhar a identificação de quadros de mulheres que possam estar realmente colocados para a disputa. Nós precisamos fazer um trabalho maior de dedicação. Eu ainda acho que nós, do PT, ainda ficamos esperando muito os candidatos se colocarem. (...) Eu acho que a gente precisa, de fato, é fazer um processo de empoderamento, de busca, incentivo e apoio – Doriel Barros (PT-PE)

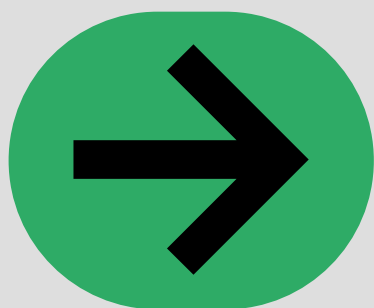
As declarações das lideranças, mesmo expressando dificuldades em preencher as cotas, alegadamente oriundas da inexistência de mulheres interessadas em política ou com potencial eleitoral, demonstram que o tema está sendo debatido dentro das instâncias partidárias e que há a consciência de que algo precisa ser feito. Isso pode acontecer com uma mudança de

regras eleitorais ou com um papel ativo dos próprios partidos e suas lideranças no recrutamento e formação das chapas.

Os partidos são instâncias fundamentais quando se trata do processo eleitoral, pois são eles que têm o controle de quem sairá candidata/o, de como serão formadas as chapas e de como serão distribuídos os fundos públicos, como o FEFC e o Fundo Partidário.



3



CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Neste Relatório, a partir da visão de 9 lideranças partidárias pertencentes a 5 diferentes partidos de diferentes estados e que ocupam diversas posições no espectro ideológico, buscamos reunir e analisar suas perspectivas sobre temas ligados à representação de grupos marginalizados na política.

Pelas entrevistas, ficou patente que ainda há uma preferência intensa por candidatas e candidatos com experiência eleitoral prévia e, principalmente, que se privilegiam aquelas/es que já ocupam um cargo.

Além disso, é digno de nota que o tema da mulher na política já foi bastante incorporado às instâncias intrapartidárias (com setoriais, cursos, encontros), bem como nas narrativas das lideranças. Boa parte disso, possivelmente, se deve aos avanços nas regras, tais como a obrigação da destinação de 5% do Fundo Partidário para fortalecer campanhas femininas e a exigência do preenchimento das cotas de 30% nas chapas para os cargos legislativos proporcionais.

Mesmo que tenha havido pouco avanço no percentual de mulheres eleitas e os partidos tenham grande responsabilidade nisso (portanto precisam aumentar substancialmente seus esforços para eleger mais mulheres), esse tema parece fazer parte da vida partidária de alguma forma.

Por outro lado, quando se trata de outros grupos marginalizados na política, como pessoas negras, indígenas e LGBTQIAP+, o que se nota é ainda um processo incipiente nas estruturas partidárias, com ainda pouca ou nenhuma atenção interna dos partidos.

Por fim, no que diz respeito à relação com as iniciativas, o desconhecimento do ecossistema parece prejudicar essa que poderia ser uma relação de complementaridade de funções, a qual teria potencial para apoiar os processos de promoção de mais diversidade e representatividade nas esferas políticas de nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

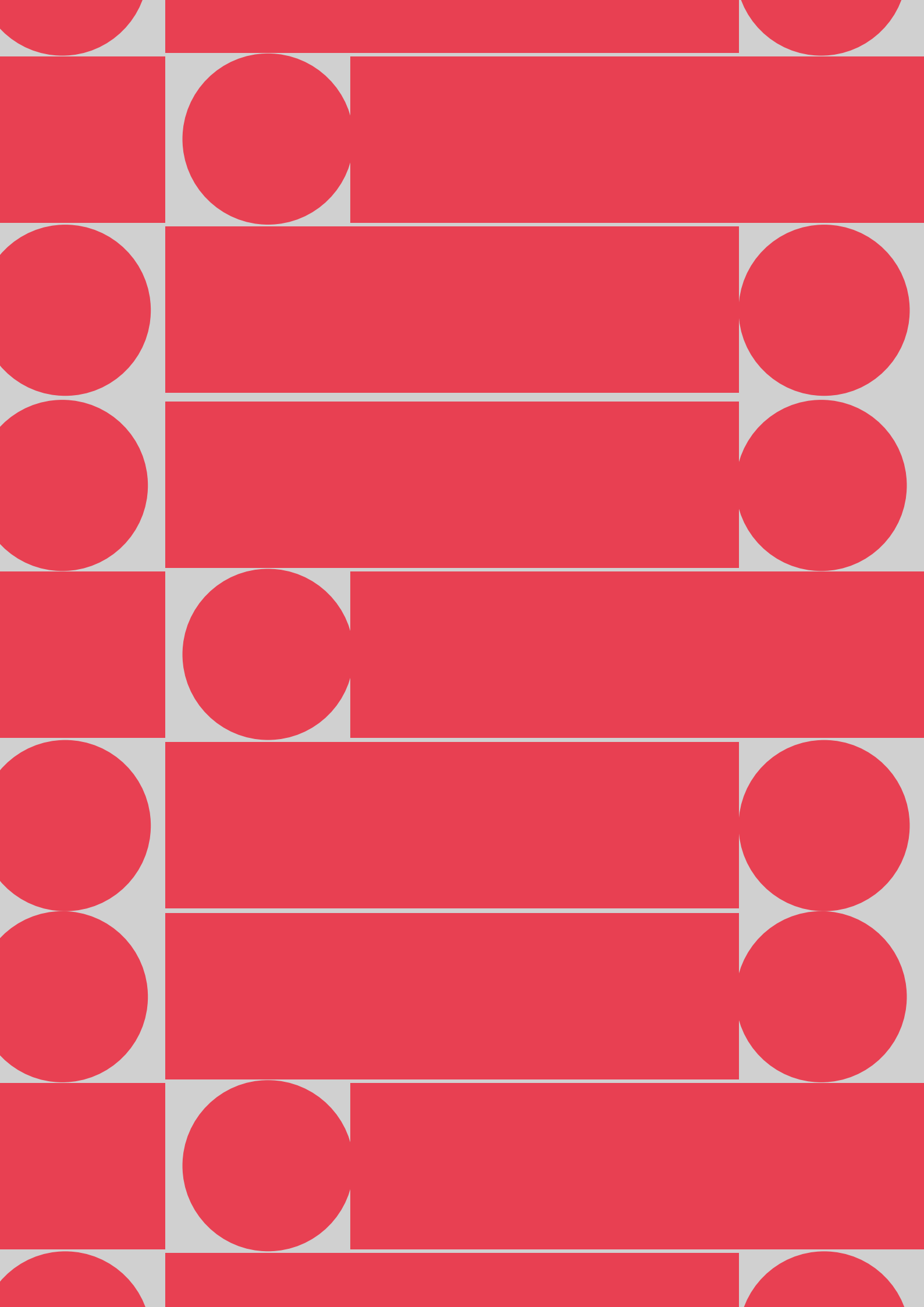
BRAGA, Maria do Socorro Sousa; AMARAL, Oswaldo E. do. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 33-43, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200003>. Acesso em: 6 out. 2023.

DAHLEUP, Drude. **Has democracy failed women?** New Jersey: John Wiley & Sons, 2017.

GATTO, Malu A. C.; WYLIE, Kristin N. Informal institutions and gendered candidate selection in Brazilian parties. **Party Politics**, v. 28, n. 4, p. 727-738, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/13540688211008842>. Acesso em: 6 out. 2023.

GODINHO, Tatau. Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 148, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 6 out. 2023.

THOMÉ, Debora. Mulheres interessadas em política: evidências de um grupo de candidatas a candidatas. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rf.v9i2.43294>. Acesso em: 6 out. 2023.



PESQUISA

Coordenação geral da pesquisa e texto

Débora Thomé

Malu A. C. Gatto

Assistentes de pesquisa - sênior

Caroline Caldas

Flavia Bozza Martins

Assistentes de pesquisa - júnior

João Gabriel Leal

Mayres Pequeno

Coordenação de pesquisas - Instituto Update

Marcelo Bolzan

PUBLICAÇÃO

Redação/ Edição

Débora Thomé

Malu A. C. Gatto e

Pesquisa/ Redação

João Gabriel Leal

Mayres Pequeno

Revisão

Claudia Cavalcanti

Produção editorial

Dany Fioravanti

Marcelo Bolzan

Projeto gráfico e diagramação

Tamires Mazzo

EQUIPE UPDATE

Alejandra Parra

Carolina Althaller

Dany Fioravanti

Dardo Ceballos

Ingrid Farias

Nadja Aguiar

Suane Barreirinhas

Resumo Executivo

Relatório 01 - Diversidade nas eleições: pessoas candidatas e eleitas

Relatório 02 - As preferências do eleitorado: diversidade

Relatório 03 - As preferências do eleitorado: escolha do voto

Relatório 04 - Iniciativas de apoio à candidatas e candidatos

Relatório 05 - Iniciativas de lideranças indígenas

Relatório 06 - O que nos contam as candidatas e candidatos

Relatório 07 - O que nos contam as lideranças partidárias

**+REPRE
SENTATI
VIDADE**